

Introdução

Ricardo Dathein (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DATHEIN, R., org. Introdução. In: *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos e pesquisas IEPE series, pp. 7-11. ISBN 978-85-386-0382-5. Available from doi: [10.7476/9788538603825](https://doi.org/10.7476/9788538603825). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/8m95t/epub/dathein-9788538603825.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Introdução

O desenvolvimento econômico continua sendo um desafio essencial para o Brasil, assim como para a maioria dos países. Apesar das melhorias sociais e do desempenho econômico dos últimos anos, depois de mais de duas décadas de semiestagnação, o país ainda está longe de diminuir para níveis adequados suas principais contradições. A concentração de renda, a pobreza, a heterogeneidade estrutural e a inserção econômica internacional continuam em padrões longe dos apropriados. Nos indicadores de desempenho econômico e social, o Brasil costuma se posicionar em níveis ainda muito distantes dos alcançados por países desenvolvidos, e mesmo também dos atingidos por outros países em processo de desenvolvimento. Além disso, a existência de uma cultura conservadora entre as elites e o surgimento de evidências de desindustrialização podem significar uma perda de perspectiva de superação do subdesenvolvimento ou de adiamento para o longo prazo do *catching up*, ao contrário do que ocorre em alguns países que têm, em poucas décadas, superado o subdesenvolvimento.

Os principais fatores estruturais que impedem o desenvolvimento continuam presentes no país, e alguns, inclusive, têm se acentuado. É por isso que o **desenvolvimentismo** continua atual e essencial para o futuro da sociedade brasileira. A sedução do liberalismo, com sua ideologia individualista, é muito forte, mas não é o caminho para o desenvolvimento econômico e social. Por isso, esse livro busca contribuir na discussão teórica e de políticas sobre o desenvolvimento econômico, partindo das concepções sobre o desenvolvimentismo e o Estado desenvolvimentista, analisando suas diferentes e possíveis bases teóricas atuais, que, muitas vezes, são complementares. Assim, em seus capítulos, estudam-se as abordagens institucionalistas, as concepções evolucionárias ou neoschumpeterianas, a teoria keynesiana e a visão

marxista, sempre levando em conta as experiências internacionais e a história do desenvolvimento.

Esta obra é de autoria de professores e pesquisadores ligados à área de Desenvolvimento Econômico do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os capítulos são resultantes de suas pesquisas teóricas, com uma característica comum de visão crítica ao liberalismo.

O primeiro capítulo, “Desenvolvimentismo: a construção do conceito”, de Pedro Cezar Dutra Fonseca, elabora um conceito para o desenvolvimentismo. O autor parte da constatação de que, apesar das opiniões de críticos de que o desenvolvimentismo está superado, o fato de esse termo continuar sendo usado por economistas e pelo público indica que ele segue útil e necessário. A pesquisa identifica a origem e a formação do conceito, seus usos na literatura e experiências históricas (mediante sua aplicação por diversos governos da América Latina) até chegar à conceituação, pelo teste de um conjunto de variáveis. O autor conclui que o termo desenvolvimentismo segue em uso, porque, apesar de as condições históricas que provocaram o seu surgimento terem se alterado, elas não foram superadas.

O segundo capítulo, “O paradigma do Estado Desenvolvimentista e o ‘retorno’ da política industrial”, de André Moreira Cunha, argumenta que esse retorno é resultante da ascensão dos países emergentes, da crise financeira global e da perda de credibilidade do modelo neoliberal, e que sua base conceitual é o paradigma do “Developmental State”. Ressalta que as pesquisas associadas ao Estado Desenvolvimentista têm enfatizado o estudo das políticas industriais, gerando a conclusão de que o Estado teria sido um ator central na conformação do assim chamado “milagre asiático”. Para desenvolver essa ideia, o autor analisa a origem e a evolução do paradigma do Estado Desenvolvimentista e, com base nisso, argumenta sobre a importância da manutenção de políticas ativas de desenvolvimento nos marcos das atuais transformações estruturais da economia mundial.

O terceiro capítulo, “A Economia Política Institucionalista e o desenvolvimento”, de Henrique de Abreu Grazziotin, Róber Iturriet Avila e Ronaldo Herrlein Jr., parte da constatação de que o desenvolvimento institucional tornou-se novamente muito importante na teoria econômica. Os autores elaboram um marco teórico da Economia Política Ins-

titucionalista como uma alternativa de abordagem teórica consistente na análise da relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Para isso, o capítulo desenvolve as definições básicas sobre a Economia Política Institucionalista e o papel da cultura; analisa o processo de mudança institucional; estuda as relações entre mercado, Estado e política a partir dessa base teórica; e examina as relações de causalidade entre instituições e desenvolvimento econômico, além de discutir uma metodologia de análise das instituições.

O quarto capítulo, “A relação entre instituições e crescimento econômico: uma análise heterodoxa e evolucionária”, de Octávio A. C. Conceição, apresenta o crescimento econômico como um processo de relações de mútua causalidade, no qual o papel das firmas, das decisões individuais e das instituições é decisivo, e cuja história e as mediações culturais também têm importância, em um contexto de incerteza e de instabilidade inerente ao processo de decisão capitalista. O objetivo é especificar em que consiste a heterodoxia econômica e qual sua natureza ontológica em oposição à ortodoxia, passando-se a compreender o processo de crescimento econômico sob uma perspectiva evolucionária.

O quinto capítulo, “Teoria neoschumpeteriana e desenvolvimento”, de Ricardo Dathein, destaca a contribuição teórica dessa escola de pensamento para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico e sua compatibilidade com o desenvolvimentismo e para a compreensão da dinâmica dos países não desenvolvidos. Nesse sentido, o objetivo é analisar as principais contribuições da teoria evolucionária schumpeteriana, em seus aspectos micro e macroeconômicos, com destaque para o processo de aprendizado e a acumulação de capacidades e para o conceito de “eficiência schumpeteriana”. Além disso, discute o conceito de Sistemas de Inovação, a dinâmica dos ciclos econômicos de longo prazo e as relações entre tecnologia e inserção econômica internacional.

O sexto capítulo, “Padrões históricos da mudança tecnológica e ondas longas do desenvolvimento capitalista”, de César Conceição e Luiz Faria, também apresenta o processo de desenvolvimento econômico na perspectiva evolucionária, no qual ocorre a coevolução das tecnologias e instituições mediante sucessivas ondas de mudança estrutural. Para isso, analisa-se teoricamente o papel da mudança tec-

nológica para a dinâmica do sistema econômico e estuda-se o processo de evolução e mudança econômica por meio da emergência e difusão das inovações e revoluções tecnológicas. Também examinam-se suas implicações como fatores explicativos das sucessivas ondas de desenvolvimento capitalista e como determinantes do processo desigual de desenvolvimento entre países.

O sétimo capítulo, “Processo de aprendizado, acumulação de conhecimento e Sistemas de Inovação: a ‘coevolução das tecnologias físicas e sociais’ como fonte de desenvolvimento econômico”, de Adriano José Pereira e Ricardo Dathein, discute, a partir da teoria “institucionalista-evolucionária”, o papel do processo de aprendizado em sua relação com a consolidação de um sistema nacional de inovações. Destacam-se as políticas que articulam os âmbitos micro, meso e macroeconômico e a importância da institucionalização das “tecnologias sociais”, criando o suporte necessário para que as “tecnologias físicas” evoluam, visando ao desenvolvimento. Para isso, apresenta a taxonomia e o significado econômico do processo de aprendizado como resultado de ações coordenadas pelas empresas e outros agentes da inovação e desenvolve a relação entre inovação, processo de aprendizado e desenvolvimento econômico.

O oitavo capítulo, “Padrões de eficiência no comércio: definições e implicações normativas”, de Marcilene Martins, defende a perspectiva de que a qualidade do padrão de especialização do comércio exterior de um país remete à necessidade de alguma noção de “eficiência econômica”. Para tanto, o texto desenvolve as noções de “eficiência ricardiana”, “eficiência em crescimento” e “eficiência schumpeteriana”, ressaltando também dificuldades relacionadas à sua operacionalização. Essencialmente, são analisados os padrões de especialização comercial definidos em correspondência aos distintos conceitos de eficiência, destacando-se a possibilidade de *trade-offs* entre eles e as implicações normativas daí decorrentes.

O nono capítulo, “Riscos macrofinanceiros, preferência pela liquidez e acumulação real no capitalismo financeirizado”, de Marcelo Milan, analisa o processo de financeirização e sua relação com o tratamento dos riscos macrofinanceiros, com suas consequências para a acumulação de ativos e para o crescimento econômico. Para isso, o autor avalia a evolução histórica do tratamento desses riscos, comparando o

regime de regulamentação e controles internacionais e domésticos da volatilidade financeira com a sua gestão privada por meio de derivativos. A comparação institucional e as consequências para a acumulação de capital são feitas com o uso do conceito de preferência pela liquidez. Em suma, o estudo mostra teoricamente e de acordo com a evolução histórica e institucional o aumento da volatilidade relacionada ao processo de financeirização, com importantes consequências sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda, concluindo que a regulamentação financeira é necessária e desejável.

O décimo e último capítulo, “As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas”, de Fábio Terra e Fernando Ferrari Filho, mostra como a visão de mundo de Keynes se relaciona com suas proposições de política econômica e com sua teorização sobre a atuação econômica estatal. Para tanto, desenvolve-se a concepção de Keynes da sociedade como uma unidade orgânica e apresentam-se sua teoria da probabilidade e sua filosofia da prática, além de suas proposições de política econômica, fundamentalmente as políticas monetária e fiscal. Em suma, o texto evidencia como os objetivos de crescimento econômico sustentável e de desenvolvimento social são baseados coerentemente nas proposições reformistas e intervencionistas de Keynes, enquanto teórico e homem público.

Ricardo Dathein